

A CRISE DA FORMAÇÃO CULTURAL NA SOCIEDADE ADMINISTRADA: FUNDAMENTOS PARA A CRÍTICA À EDUCAÇÃO DANIFICADA

Bianca Stela Luiz e Silveira¹
Roselaine Ripa²

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar os subsídios teórico-críticos da primeira geração da Escola de Frankfurt acerca da crise da formação cultural operada pelo poder ideológico da indústria cultural, considerando as contradições que permeiam a semiformação como forma de socialização predominante na sociedade administrada. Por meio de uma pesquisa bibliográfica fundamentada na produção intelectual de Theodor Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse, é possível considerar que a Teoria Crítica da Sociedade oferece contribuições relevantes para refletir sobre as tendências regressivas que permeiam o movimento de racionalização dos processos educacionais como substrato da educação danificada na contemporaneidade. Nesse sentido, ao desvelar as contradições imanentes à sociedade moderna em sua materialidade histórica, as análises empreendidas ao longo do estudo tornam-se relevantes para estabelecer um diagnóstico acurado da crise da formação cultural na atualidade, sendo essa uma condição fundante para dimensionar alternativas qualitativamente melhores de organizar a vida e transcender a realidade objetiva.

Palavras-chave: Teoria Crítica da Sociedade. Indústria Cultural. Semiformação.

THE CULTURAL CRISIS IN THE ADMINISTERED SOCIETY: GROUNDS FOR DAMAGED EDUCATION CRITICISM

Abstract: This article aims to present the theoretical-critical contributions of the first generation of Frankfurt School theorists regarding the crisis of cultural formation caused by the ideological power of the cultural industry, as it addresses to the contradictions that permeate half-education as the predominant form of socialization in administered society. Through a bibliographic research grounded in the intellectual production of Theodor Adorno, Max Horkheimer and Herbert Marcuse, it is possible to consider that the Critical Theory offers relevant contributions to reflect on the regressive trends that permeate the rationalization of educational processes as the substrate of damaged education in contemporary times. In this sense, by revealing the immanent contradictions of modern society in its historical materiality, the analyses undertaken throughout the study become relevant to establish an accurate diagnosis of the crisis of cultural formation today as a primordial condition to assess qualitatively better alternatives for organizing life and transcending objective reality.

Keywords: Critical Theory. Culture Industry. Half-education.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integrante do Grupo de Pesquisa Nexos: Teoria Crítica e Pesquisa Interdisciplinar – Sul e do Grupo de Pesquisa EDUMIDIA.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora Associada na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e credenciada no Programa de Pós-graduação em Educação na FAED/UDESC. É líder do Grupo de Pesquisa Nexos: Teoria Crítica e Pesquisa Interdisciplinar - Sul (CNPQ/UDESC) e coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão Nexos Sul (FAED/UDESC).

Introdução

A partir do esforço interpretativo que busca desvelar as contradições inerentes aos arranjos institucionais, às disputas políticas e aos confrontos ideológicos que permeiam a educação, compreendida como um campo epistemológico fundamentado na produção de conhecimentos irreconciliados e dialéticos, refletir sobre a formação humana à luz da Teoria Crítica da Sociedade implica em destrinchar as relações históricas, materiais, políticas e culturais que constituem a gênese da irracionalidade imanente à sociedade administrada. Nesse sentido, ao postular a recuperação da potencialidade crítico-negativa que caracteriza o pensamento não reconciliado com a realidade, a educação orientada para a emancipação humana representa o compromisso obstinado com o desenvolvimento da autonomia do pensamento não tutelado, com a compreensão mais profunda sobre a realidade social na condição de um processo em permanente transformação e, sobretudo, com o contínuo e inesgotável enfrentamento das tendências regressivas que marcam a racionalização da existência humana, caracterizando-se como fonte de resistência em um mundo danificado (ZUIN; PUCCI; RAMOS-DE-OLIVEIRA, 2000).

Diante do esforço interpretativo que busca decifrar a multiplicidade constelativa que constitui a formação cultural em sua realidade extrapedagógica, a Teoria Crítica da Sociedade reconhece que a educação não está desvinculada da estrutura histórica que lhe é constitutiva, tampouco é isenta de valores e de interesses que orientam os fins sociopolíticos para os quais se dirige – seja como forma de modificar as relações sociais prevalentes enquanto via para a emancipação humana, seja como forma de fortalecer os mecanismos regressivos que perpetuam a condição social de opressão enquanto um dos alicerces da sociedade administrada pelo capital (ADORNO, 1995). Nesse contexto, torna-se imperioso mobilizar estudos que contribuam para decifrar os fenômenos sociais que alojam em si a origem do irracional, tendo em vista o movimento de racionalização pelo qual se manifestam os interesses e os valores inerentes à ideologia que permanece condicionando as esferas política, econômica e cultural nesta determinada forma de organização social.

Dadas tais considerações iniciais, o presente artigo tem como objetivo apresentar os subsídios teórico-críticos da primeira geração da Escola de Frankfurt acerca da crise da formação cultural operada pelo poder ideológico da indústria cultural, considerando as contradições que permeiam a semiformação como forma de socialização predominante na sociedade administrada. Tal proposta se justifica devido à compreensão de que, embora tais análises sejam datadas entre as décadas de 1940 e 1960, refletindo o desenvolvimento do capitalismo monopolista na Europa e nos Estados Unidos da América no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, as análises elaboradas pelos intelectuais frankfurtianos permanecem atuais em seu diagnóstico sobre a consolidação da razão instrumental como um dos sustentáculos do sofisticado sistema de dominação exercido pelo capitalismo administrado, cuja ideologia se difunde sobre todas as dimensões da realidade social – inclusive no âmbito da educação e da formação cultural (ADORNO, 2010).

Nessa perspectiva, a atualidade da Teoria Crítica da Sociedade se evidencia a partir das importantes contribuições que sua produção intelectual pode oferecer para compreensão do processo histórico que constitui as transformações sociais, culturais e políticas na contemporaneidade, sem perder de vista os condicionantes objetivos que perpetuam o bloqueio estrutural de qualquer possibilidade emancipatória na sociedade regida pelos ditames do capital. Assim, consideramos que tais subsídios teórico-críticos oferecem a possibilidade de desvelar as contradições que permeiam os fenômenos sociais para além da superficialidade do dado imediato, buscando estabelecer uma compreensão mais profunda e acurada sobre o movimento de racionalização dos processos educacionais na atualidade. A caráter de exemplo, é possível destacar movimentos pretensamente neutros e essencialmente ideológicos que visam obstruir o pensamento crítico no âmbito da educação brasileira – entre eles, a institucionalização do programa Escola Sem Partido, a ampliação das escolas cívico-militares, o empobrecimento da formação intelectual por meio da flexibilização curricular do Novo Ensino Médio, entre outros movimentos avessos àquilo que enriquece a experiência humana e fortalece o indivíduo (OLIVEIRA; GALUCH; GIOVINAZZO JÚNIOR; 2019).

Nesse sentido, o presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, derivada de uma dissertação de Mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, intitulada *Alfabetização em tempos de pandemia: discussões teórico-críticas sobre a racionalidade tecnológica no ensino remoto emergencial* (SILVEIRA, 2022). O arcabouço teórico do estudo é fundamentado na produção intelectual dos autores que constituem primeira geração da Escola de Frankfurt (ADORNO; HORKHEIMER, 1985; ADORNO, 1986a, 1986b, 1995, 2010; MARCUSE, 1973, 2006), bem como comentadores e intérpretes da Teoria Crítica da Sociedade que oferecem contribuições atualizadas acerca da prevalência da razão instrumental como forma de pensamento hegemônico, do poder ideológico exercido pela indústria cultural e, enfim, da substituição da experiência formativa autêntica pela semiformação generalizada.

A seguir, as discussões propostas neste estudo serão apresentadas a partir de dois eixos: o primeiro, intitulado *A Teoria Crítica da Sociedade: fundamentos e princípios*, busca realizar uma breve introdução sobre a Teoria Crítica da Sociedade, considerando o contexto histórico em que a Escola de Frankfurt surgiu, bem como alguns dos princípios basilares que constituem sua formulação crítico-negativa em relação à teoria tradicional de matriz cartesiana. O segundo eixo, intitulado *Indústria cultural, semiformação e racionalidade tecnológica: sustentáculos do projeto de dominação social*, busca tensionar as contradições que permeiam o esclarecimento iluminista, o progresso técnico e a formalização da racionalidade que modula o pensamento científico, tendo em vista os impactos provocados pela crise da formação cultural como agente de dominação nas esferas culturais e educacionais no contexto da sociedade administrada.

A Teoria Crítica da Sociedade: fundamentos e princípios

O termo *Escola de Frankfurt*, mediante sua Teoria Crítica da Sociedade, designa um movimento intelectual dedicado ao desenvolvimento de pesquisas teórico-críticas que buscavam investigar as problemáticas filosóficas, econômicas,

sociais, culturais e estéticas geradas pelo sistema capitalista que, amparado pela teoria tradicional e pelo progresso técnico, permanece legitimando a racionalidade tecnológica responsável pela regressão da humanidade ao estado de barbárie social – aqui, compreendida como a prevalência da fome e da miséria, o genocídio institucionalizado, as diversas formas de preconceito, as extremas desigualdades sociais, entre tantas outras expressões da barbárie social que revelam a atualidade das análises frankfurtianas diante do fortalecimento das condições objetivas que perpetuam o bloqueio à emancipação, bem como do aprimoramento dos sofisticados mecanismos de controle social que servem aos propósitos de desumanização na sociedade administrada.

Cabe destacar que a expressão *Escola de Frankfurt*, apesar de sugerir uma unidade geográfica e epistemológica acerca de sua teoria crítica, não deve ser compreendida de forma homogênea, tampouco como um sistema fechado ou adialético. De acordo com Pisani (2014), dado o contexto em que tal escola de pensamento se estabeleceu, cada um de seus membros expoentes desenvolveu sua própria teoria social orientada pelos princípios do juízo crítico-negativo, de modo que a produção intelectual elaborada por tais autores possui contradições e divergências substanciais na forma como compreendem o impacto provocado pelo avanço técnico estabelecido no capitalismo administrado, bem como as possibilidades de uma práxis socialmente transformadora no estado de coisas vigente, apesar de todos os bloqueios estruturais que se colocam sobre a sua realização. Nesse sentido, torna-se relevante apresentar uma breve contextualização histórica do movimento constituinte da Teoria Crítica da Sociedade a fim de compreender a gênese do seu pensamento que busca interpretar os meios de dominação totalitários que insistem em se impor sobre a vida contemporânea.

A Escola de Frankfurt refere-se à institucionalização dos estudos realizados por um grupo de intelectuais alemães, majoritariamente de origem judaica, cujo objetivo era desenvolver uma nova interpretação crítica do marxismo de acordo com as complexas transformações que marcaram o início do século XX, assumindo uma posição não ortodoxa à margem do positivismo, da militância e do partidarismo que caracterizam a concepção marxista-leninista clássica (FREITAG, 1988). Para tanto,

em fevereiro de 1923, fundou-se o Instituto de Pesquisa Social (*Institut für Sozialforschung*), vinculado à Universidade de Frankfurt na condição de um centro de pesquisas que posteriormente se tornou responsável pela publicação da Revista de Pesquisa Social (*Zeitschrift fuer Sozialforschung*) – veículo que se dedicou, entre 1932 e 1941, à divulgação da produção intelectual desenvolvida pelos pensadores frankfurtianos em seu movimento crítico-reflexivo acerca dos problemas oriundos do capitalismo administrado, compreendido de acordo com a sua superestrutura. A revista foi criada e editada pelo então diretor do instituto, Max Horkheimer, e contou com a colaboração de Theodor W. Adorno, de Herbert Marcuse e de Walter Benjamin, constituindo, enfim, a primeira geração de intelectuais da Escola de Frankfurt.

Dado o período histórico em que tal escola de pensamento se estabeleceu, a ascensão do regime nazista na Alemanha marcou profundamente o percurso do Instituto de Pesquisa Social que, composto por intelectuais judeus e marxistas, também foi alvo de perseguição sob o domínio do Terceiro Reich. Para sobreviver às atrocidades do holocausto, muitos dos intelectuais que integravam a Escola de Frankfurt foram forçados a buscar exílio nos Estados Unidos, onde o próprio Instituto de Pesquisa Social já havia sido transferido em 1933, após ter seu fechamento decretado pelo governo nazista sob acusação de praticar “atividades hostis ao Estado” (FREITAG, 1988). Devido ao longo período em que permaneceram exilados nos Estados Unidos, cujo retorno do Instituto à Alemanha só ocorreu em 1950, cinco anos após a queda do Terceiro Reich, muitas das obras desenvolvidas pelos intelectuais frankfurtianos refletem o impacto sofrido pela Segunda Guerra Mundial e o choque entre a sólida formação cultural alemã e a cultura de massas norte-americana, compreendida como expressão máxima do capitalismo administrado e, portanto, como condição imanente à perpetuação da barbárie social (GATTI, 2008).

Considerando que o desenvolvimento tecnológico e científico se constituiu como um fator determinante durante a Segunda Guerra Mundial, uma das questões propulsoras da Teoria Crítica da Sociedade consiste em compreender a razão pela qual as promessas de liberdade e de autonomia postuladas pelo Iluminismo filosófico não se realizaram, a despeito do esclarecimento e do progresso difundidos pelo avanço da racionalidade tecnocientífica que, ao invés de instaurar uma ordem social

justa e digna para todos os indivíduos, segue atestando novas expressões da barbárie ao perpetuar as condições objetivas que produziram práticas tão nefastas e desumanas como as cometidas em Auschwitz, Hiroshima e Nagasaki (ZUIN; PUCCI; RAMOS-DE-OLIVEIRA, 2000). Para compreender os mecanismos que produzem tais tendências regressivas, os intelectuais frankfurtianos recorrem aos conceitos do pensamento marxista, da filosofia grega clássica, do idealismo alemão e da psicanálise freudiana para fundamentar sua teoria em categorias dialéticas e críticas, de modo que tais caminhos interdisciplinares não apontam saídas fáceis, mas propõem um diagnóstico complexo que investiga as raízes da irracionalidade imanente ao esclarecimento, ao progresso técnico e à razão formalizada pelo pensamento científico, tendo em vista a problematização dos fenômenos históricos que constituem os novos meios de repressão instituídos na contemporaneidade.

Nessa perspectiva, a Teoria Crítica da Sociedade caracteriza-se, fundamentalmente, como um contínuo enfrentamento com a teoria tradicional de matriz cartesiana. Em sua obra *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*, Horkheimer (1991) identifica em Descartes a gênese do projeto de dominação estabelecido pelo avanço da razão instrumental que culminaria, enfim, no mundo desmistificado, compreendido e dominado. O caráter ideológico do positivismo reside na resignação do pensamento científico diante da sua posição em uma determinada forma de organização social, assumindo uma ilusória postura de neutralidade como forma legítima de estabelecer um conhecimento verdadeiro. Por outro lado, ao mesmo tempo que a teoria tradicional se abstém de qualquer valoração sobre a realidade social em que está inserida, bem como sobre a função que exerce no modo de produção da sociedade, seu método de análise passa a tomar as condições sociais como algo natural e não como produto de uma estrutura histórica que também lhe é constitutiva (NOBRE, 2008).

Por trás de uma falaciosa imparcialidade, a teoria tradicional revela seu caráter apologético ao se restringir à explicação da ordem social sob os termos da própria sociedade administrada. Na mesma medida em que o positivismo postula uma racionalidade livre de interferências que poderiam macular a pureza do seu método científico, essa mesma racionalidade é imanente ao sistema de dominação que serve aos interesses hegemônicos, portanto, nada há de neutro na racionalidade

formalizada e ideologicamente direcionada pela classe dominante. Além disso, ao estabelecer métodos de investigação objetivos e atemporais, cujo juízo analítico é destituído de caráter histórico e psicológico, a teoria tradicional tende a permanecer na superfície do objeto investigado ao desconsiderar as contradições que são intrínsecas à realidade social. Sob o ideal de conhecimento verdadeiro, procedente de uma explicação unívoca, matematicamente sofisticada e simplificada a uma só diretriz, a teoria tradicional se limita à aparência quando a própria sociedade não é unívoca, tampouco simples. Devido ao seu caráter complexo e cambiante, “a sociedade é contraditória e mesmo assim determinável; a um só tempo racional e irracional, sistemática e caótica, natureza cega e mediada pela consciência. Os procedimentos da sociologia devem curvar-se a isso” (ADORNO, 1986b, p. 47).

Desse modo, a teoria social crítica desenvolvida pelos intelectuais frankfurtianos postula a defesa de um modo de pensar que não cede diante das facilidades de um raciocínio condicionado a permanecer na superfície do imediatismo – pelo contrário, é necessário um pensamento que leia as entranhas de cada objeto analisado, tendo em vista as relações sociais, materiais, históricas e políticas que constituem as contradições entre essência e aparência, bem como a distância entre as promessas e as efetivas realizações (ZUIN; PUCCI; RAMOS-DE-OLIVEIRA, 2000). Nesse sentido, na subseção conseguinte, serão apresentadas alguns dos conceitos basilares da Teoria Crítica da Sociedade que refutam qualquer noção de progresso ingenuamente otimista, de modo que interessa expor a razão pela qual as potencialidades de realização social hodiernas já superam qualquer expectativa vislumbrada pelo projeto do Iluminismo filosófico e, ainda assim, a promessa de uma sociedade justa e livre parece cada vez mais irrealizável diante do vínculo histórico entre esclarecimento e barbárie (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Indústria cultural, semiformação e racionalidade tecnológica: sustentáculos do projeto de dominação social

Sob o fascínio diante da miríade de possibilidades técnicas que constituem a vida moderna, a promessa de uma sociedade digna para todos os indivíduos

permanece ambígua diante das efetivas realizações de um sistema que promove o consumo de produtos simbólicos sob uma pretensa universalização da formação cultural. De acordo com Adorno (2010, p. 27), “dizer que a técnica e o nível de vida mais alto resultam diretamente no bem da formação, pois assim todos podem chegar ao cultural, é uma ideologia comercial pseudodemocrática”. Por meio dos ditames da indústria cultural, a conversão da arte em mercadoria guarda em si a lógica do fetiche que provoca a reificação da cultura massificada, a estereotipia do pensamento e a imposição de falsas necessidades, tendo em vista a integração total dos sujeitos à ordem social vigente. A indústria cultural torna-se, enfim, o substrato da semiformação (*Halbbildung*) como forma de socialização predominante no mundo administrado, de modo que sua expansão implacável encarna as obscuras intenções subjetivas daqueles que detêm o poderio sobre o aparato produtivo.

Ao considerar as diversas formas de ideologia que surgem no contexto do capitalismo tardio, a direção na qual o progresso técnico se desenvolve já não corresponde ao esclarecimento como condição para a maioria (*Mündigkeit*)³, mas sim à intensificação de novas formas de controle social exercidas por autoridades como a imprensa, a televisão, o rádio, o cinema e, atualmente, a internet e suas mídias sociais (ZUIN; ZUIN, 2017). É nesse processo de transformações relacionadas ao desenvolvimento tecnológico que a indústria cultural passa a ser compreendida como um novo mecanismo de subjugação dos indivíduos ao poder estabelecido, velado pela aparência de uma falaciosa democratização da produção simbólica. O conforto, o lazer e a própria formação cultural estandardizada assumem a aparência de progresso social, quando, em sua essência, representam o incessante processo de regressão do pensamento crítico à consciência reificada, cuja irracionalidade atua em favor da cristalização de um determinado modelo de vida criado pelo sistema de dominação tecnológica. Nesse sentido, cabe explicitar o movimento constituinte que produz

³ Na perspectiva filosófica kantiana, o conceito alemão *Mündigkeit* refere-se à maioria como estado de independência intelectual, relacionada ao esclarecimento como autonomia para fazer uso do seu próprio entendimento (KANT, 1985). Nessa perspectiva, o termo pode ser traduzido como *maioridade*, *emancipação* ou *autonomia*, dependendo do contexto em que é empregado.

novas formas de manipulação por meio da satisfação compensatória que o consumo de tais mercadorias padronizadas é capaz de oferecer.

O conceito de indústria cultural, cunhado por Adorno e Horkheimer (1985) em sua obra *Dialética do Esclarecimento*, constitui-se como a denúncia de um fenômeno ainda incipiente na Europa durante a década de 1940, mas já estabelecido no capitalismo monopolista estadunidense que, ao longo do desenvolvimento da sociedade tecnológica no século XX, estendeu-se por todos os países regidos pelos princípios de tal sistema econômico. Sob a perspectiva de Gatti (2008), os mecanismos de controle da consciência, operados pela indústria do entretenimento e da informação, constituem um sistema integrado que não apenas centraliza a produção, a difusão e o consumo de tais produtos reificados, mas integra a própria esfera da cultura de massa à reprodução material da sociedade administrada. Na medida em que o projeto tecnológico se desenvolve, toda dimensão cultural, política e econômica se funde “[...] num sistema onipresente que engolfa ou rejeita todas as alternativas. O potencial de produtividade e o crescimento desse sistema estabiliza a sociedade e contém o progresso técnico dentro da estrutura de dominação” (MARCUSE, 1973, p. 19).

Cabe destacar que o conceito de indústria cultural não deve ser interpretado estritamente como mero processo de produção, assim como a cultura de massa não deve ser compreendida como um sinônimo de arte popular na condição de expressão autêntica das próprias massas, portanto repleta de significação humana – pelo contrário, Adorno (1986a) reitera que a indústria cultural transforma a formação em produto capitalista permeado pelo fetichismo da mercadoria, eximindo-se de todas as consequências funestas de suas técnicas sobre a consciência humana. A indústria cultural constitui-se, fundamentalmente, como um sistema de integração deliberada dos indivíduos à ordem social vigente, instituindo sua ideologia por meio de produtos culturais impostos a partir do alto de seus consumidores a fim de eliminar a estranheza e de neutralizar o pensamento crítico diante das contradições que constituem a realidade. Nesse contexto, a racionalidade que caracteriza os processos industriais não está presente somente no meio de produção de tais mercadorias culturais, mas também no processo de assimilação que se isola do processo social em sua totalidade

– assim, a indústria cultural passa a ser compreendida como uma teoria política e, sobretudo, como “[...] um equivalente estético da dominação” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 122).

Ao desvelar o caráter fetichista que caracteriza a produção simbólica no capitalismo monopolista, o que distingue a indústria cultural hegemônica das demais formas de cultura autênticas é a racionalização dos procedimentos de elaboração de tais produtos simbólicos, culminando em sua padronização de acordo com um receituário mais ou menos rentável, bem como na eliminação das contradições inerentes à cultura (GATTI, 2008). A indústria cultural promove a familiaridade diante de uma ordem social cada vez mais alheia às verdadeiras aspirações e necessidades do indivíduo, constituindo-se como naturalização do sistema de controle social imposto por meio de mercadorias culturais petrificadas, destituídas do caráter emancipador que caracteriza a formação cultural em seu sentido mais humano. Dessa forma, na mesma medida em que a indústria cultural bloqueia a essência das criações espirituais como negatividade imanente à experiência autêntica, a cultura de massa representa o oposto da formação cultural em sua capacidade de julgar e de resistir às relações materiais vigentes.

Diante da crise da formação cultural decorrente do monopólio da indústria cultural, Adorno (2010) apresenta um diagnóstico contundente acerca da situação cultural contemporânea em sua obra *Teoria da Semiformação*, na qual identifica a ampla dimensão assumida pela onipresença do espírito alienado no processo em que a formação cultural (*Bildung*) é convertida em semiformação (*Halbbildung*), cujas tendências regressivas reforçam o processo de tutela intelectual ao neutralizar a dimensão da autonomia (*Mündigkeit*) como requisito para ir além da mera adaptação. Nesse sentido, para compreender as perdas substanciais que a formação cultural sofre no contexto capitalista hodierno, é necessário apresentar as características fundantes da cultura como experiência autêntica até o momento em que assume o caráter de mercadoria fetichizada pela indústria cultural, culminando na prevalência da semiformação que produz a mentalidade atrofiada e irracional do ponto de vista da humanidade (OLIVEIRA; GALUCH; GIOVINAZZO JÚNIOR; 2019).

Diferentemente do contexto em que a cultura representa a afirmação irrevogável da lógica de produção capitalista, a definição clássica de formação cultural é marcada pela tensão antagônica entre *autonomia* como liberdade do espírito e *adaptação* como necessidade natural de autopreservação da existência. De acordo com Pucci (1998), no processo dialético em que os sujeitos se constituem como criadores e consumidores da produção simbólica, ambas as categorias de transcendência e de acomodação se complementam como requisito para que os sujeitos tenham plenas condições de se autoconservar diante do real e, ainda assim, sejam capazes de estranhar e de resistir ao estado de coisas vigente – nessa perspectiva, a formação cultural diz respeito “[...] ao indivíduo livre e radicado em sua própria consciência, ainda que não tivesse deixado de atuar na sociedade e sublimasse seus impulsos” (ADORNO, 2010, p. 13).

Na relação dialética entre autonomia e adaptação, a formação cultural autêntica não é compreendida como aquela que reconcilia as contradições no engodo da harmonia. Sob a perspectiva de Adorno (1995, p. 84), é preciso se contrapor a qualquer tendência de harmonização do mundo, como se sequer fosse possível superar ou solucionar tais contradições que existem desde os primórdios da humanidade. No contexto da indústria cultural, o bloqueio das contradições não implica em uma sociedade verdadeiramente harmônica, onde a universalidade está de acordo com o individual – na realidade, tal reconciliação provoca o conformismo diante do sistema de dominação estabelecido pela racionalidade tecnológica onipresente. A formação cultural não se limita ao ajuste do sujeito à realidade, tendo em vista sua integração a uma falaciosa harmonia social, mas prevê o desenvolvimento da negatividade propulsora do pensamento crítico-reflexivo como requisito para desvelar as contradições imanentes ao progresso da civilização e, portanto, insuflar à autodeterminação do sujeito para ir além dos condicionantes objetivos em uma incessante busca por “saber mais”.

Nessa perspectiva, a concepção clássica de cultura contém em si a resistência às finalidades exteriores ao sujeito quando atribui um sentido autônomo para sua própria experiência no mundo. Seja como erudição ou entretenimento, a formação cultural constitui-se, essencialmente, como potência autorreflexiva sobre os



mecanismos que constituem a ordem social tal como ela é, bem como as possibilidades para transformá-la. Portanto, é concebida como condição imprescindível para o esclarecimento como maioria intelectual, cujo comprometimento em preservar a finalidade humana de nossos atos representa, sobretudo, o antídoto contra a barbárie predominante e a possibilidade de uma vida qualitativamente melhor para todos os indivíduos. Ao mesmo tempo, tal potencialidade libertadora que caracteriza a formação cultural em sua essência é enfraquecida diante das sutis violências exercidas pelos ditames da indústria cultural – entre elas, a submissão à produtividade e a renúncia ao prazer. De acordo com Marcuse (2006, p. 167-168):

O hedonismo é o polo oposto da filosofia da razão. Ambas as correntes de pensamento conservaram, de maneira abstrata, possibilidades da sociedade existente, que apontam para a sociedade humana real. A filosofia da razão conservou o desenvolvimento das forças produtivas, a livre configuração racional das condições vitais, a dominação da natureza, a autonomia crítica dos indivíduos socializados; o hedonismo conservou o desenvolvimento completo e a satisfação das necessidades individuais, a emancipação de um processo de trabalho desumano, a entrega do mundo à fruição. Ambas as teorias são incompatíveis na sociedade atual, assim como os princípios que representam. A ideia da razão visa a uma universalidade em que os interesses antagônicos dos indivíduos 'empíricos' são superados; mas para essa universalidade, a verdadeira realização dos indivíduos, sua felicidade, permanece algo estranho, exterior, que precisa ser sacrificado. Não há nenhuma harmonia entre o interesse geral e o interesse particular, entre a razão e a felicidade; quando o indivíduo acredita ter encontrado a conciliação entre ambos os interesses, é vítima de uma ilusão necessária e salutar: a razão ludibria os indivíduos. O verdadeiro interesse [da universalidade], reifica-se em face dos indivíduos e transforma-se num poder que os domina.

No movimento histórico do progresso da razão, a monopolização da formação cultural pela burguesia lhe proveu condições para que se elevasse à condição de classe dominante, de modo que “a desumanização implantada pelo processo capitalista de produção negou aos trabalhadores todos os pressupostos para a formação e, acima de tudo, o ócio” (ADORNO, 2010, p. 14). Na tradição pré-burguesa, a formação cultural estava relacionada ao tempo livre em contraposição à labuta – todavia, tal relação não deve ser compreendida de maneira antagônica, mas sim complementar. O ócio, na condição de reserva espiritual e experiencial, seria dedicado à restauração das forças desgastadas no trabalho como meio de reorganizar os

momentos vitais do sujeito, tendo em vista a realização de suas verdadeiras aspirações e necessidades para lhe propiciar crescimento espiritual, experiências mais humanas e momentos integrais de sua existência (PUCCI, 1998).

Por outro lado, a despeito de todo ‘esclarecimento’ difundido pelo progresso da razão, bem como da falaciosa democratização dos bens culturais promovidos pela indústria cultural, a classe trabalhadora permanece impedida de se apropriar da formação cultural e a conversão da produção simbólica autêntica em semiformação generalizada atinge a todos irrestritamente. Sob as condições do capitalismo tardio, o mecanicismo da vida difunde a lógica da máquina em todas as dimensões da existência – inclusive nos momentos de lazer e de felicidade que, condicionados pela sequência automatizada de operações padronizadas, transformam-se em prolongamento do trabalho. De acordo com Adorno e Horkheimer (1985, p. 128), a indústria cultural “[...] determina tão profundamente a fabricação das mercadorias destinadas à diversão, que esta pessoa não pode mais perceber outra coisa senão as cópias que reproduzem o próprio processo de trabalho”. O tempo livre, antes dedicado à realização das necessidades e aspirações dos indivíduos, agora é compreendido como extensão da labuta sob os mesmos termos do sistema de produção que uniformiza os desejos, as necessidades e a própria função intelectual dos indivíduos, tornando-os incapazes de discernir seus interesses e seus objetivos daqueles que lhes são impostos pela indústria cultural.

Dado o contexto em que o capitalismo tardio estabelece novos mecanismos de controle social por via da universalização do mercado, o diagnóstico da crise da formação cultural contemporânea reside no fato de que o bloqueio de qualquer uma de suas dimensões, seja ela de transcendência ou de conservação, culmina em uma formação impotente, falsa e enganosa – dessa forma, “[...] cada uma delas, isolada, se coloca em contradição com seu sentido, fortalece a ideologia e promove uma formação regressiva” (ADORNO, 2010, p. 11). Considerando o processo em que a indústria cultural monopoliza a produção simbólica no incessante processo de construção da menoridade do sujeito, a formação tende a se reduzir à dimensão da adaptação como esquema de dominação progressiva, normalização das condutas, submissão pacífica e limitação das potencialidades humanas, buscando eliminar

qualquer resquício de espanto e de resistência que caracterizam a dimensão da autonomia, bem como a formação cultural em sua plenitude (PUCCI, 1998).

No contexto em que a formação cultural é destituída de seu potencial emancipador, os sujeitos são condenados a viver sob a tutela da indústria cultural e de suas mercadorias neutralizadas, cuja ideologia produz o conformismo em substituição à consciência crítica e reflexiva. Considerando que a possibilidade de realização humana se torna limitada e condicionada pelos ditames do aparato, a experiência formativa é convertida em semiformação generalizada ao transformar-se em “[...] substâncias tóxicas que envenenam e deturpam o espírito, em elementos formativos inassimilados que reificam a consciência e não ajudam a formá-la” (PUCCI, 1998, p. 97). A subordinação da (semi)formação aos princípios da racionalidade tecnológica edifica a imensa engrenagem do capitalismo tardio, de modo que seu objetivo já não é a autorreflexão crítica sobre a realidade, com sim a eliminação de qualquer resistência à total administração da vida, tendo em vista a dependência e a servidão incondicional dos sujeitos ao aparato produtivo. Nas palavras de Adorno (1986a, p. 93-94):

A cultura que, de acordo com seu próprio sentido, não somente obedecia aos homens, mas também sempre protestava contra a condição esclerosada na qual eles viviam, e nisso lhes fazia honra; essa cultura, por sua assimilação total aos homens, torna-se integrada a essa condição esclerosada; assim, ela avilta os homens ainda uma vez. As produções do espírito no estilo da indústria cultural não são mais também mercadorias, mas o são integralmente.

No contexto em que os produtos culturais se orientam de acordo com os princípios mercadológicos do capitalismo monopolista, as criações espirituais assumem o ímpeto da produtividade lucrativa em seu processo de criação, de difusão e de fruição. De acordo com Matos (1993), sempre que uma determinada fórmula tem êxito de consumo, a indústria cultural promove e reproduz o mesmo padrão exaustivamente, fazendo com que tal uniformização da técnica leve à satisfação de necessidades iguais e, enfim, à administração centralizada em sua totalidade. Nesse contexto, o diagnóstico elaborado por Adorno e Horkheimer (1985, p. 114) revela que a cultura de massa, produzida e disseminada pela indústria cultural como um sistema,



confere a tudo um ar de semelhança, de modo que, sob o poder do monopólio, “[...] o cinema e o rádio não precisam mais se apresentar como arte. A verdade de que não passam de um negócio, eles a utilizam como uma ideologia destinada a legitimar o lixo que propositalmente produzem.”

Na medida em que a indústria cultural especula sobre o estado de consciência dos sujeitos aos quais ela se dirige, a fragilidade do pensamento revela-se como um sintoma da semiformação, cujo empobrecimento elimina os momentos de diferenciação ao modelar todas as ramificações da existência sob o princípio da equivalência. De acordo com Debord (2003, p. 13), “toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação”. Nos moldes da indústria cultural, toda produção simbólica se constitui como um sucedâneo da experiência estética, cujo espetáculo contém em si o irrealismo que pertence à categoria das falsas necessidades – nesse sentido, “[...] a maioria das necessidades comuns de descansar, distrair-se, comportar-se e consumir de acordo com os anúncios, amar e odiar o que outros amam e odeiam, pertencem a essa categoria de falsas necessidades” (MARCUSE, 1973, p. 26).

A cultura de massa, espetacular em sua essência, dispensa qualquer esforço reflexivo sobre a realidade mistificada – afinal, o sucedâneo já determina os desejos, as necessidades e o próprio pensamento na condição de senso comum, de modo que “[...] jamais a ordem por ela transmitida é confrontada com o que ela pretende ser ou com os reais interesses dos homens” (ADORNO, 1986a, p. 97). Considerando o caráter impotente e ideológico da semiformação, entende-se que a democratização dos produtos culturais, reduzidos à condição de espetáculo como empobrecimento da experiência e produção da falsa consciência, não pode ser concebida como um caminho para o desenvolvimento da formação cultural autêntica, visto que tudo aquilo que é “[...] entendido e experimentado medianamente – semientendido e semiexperimentado – não constitui o grau elementar da formação, e sim seu inimigo mortal” (ADORNO, 2010, p. 29).

De acordo com a perspectiva adorniana de que a cultura não possui valores intermediários, existe uma distinção substancial entre os conceitos de formação e de

semiformação, que reside precisamente na predisposição do ser humano para a busca do *saber mais*. Segundo Adorno (2010), o não culto, cuja ignorância permite que incorpore o novo à sua consciência, é capaz de se relacionar diretamente com os objetos e elevar sua consciência crítica devido ao ceticismo característico daqueles que não foram domesticados. O semiculto, por outro lado, considera-se sábio e se fecha às possibilidades de continuidade da consciência, resultando na atrofia da espontaneidade ao limitar suas possibilidades de ir além do que está estabelecido. Nesse contexto, a semiformação, "[...] ao invés de instigar as pessoas a desenvolverem plenamente suas potencialidades e assim colaborarem efetivamente na transformação social, propicia um verniz formativo que não dá condições de se ir além da superfície" (PUCCI, 1998, p. 97).

Assim, o traço distintivo da sociedade industrial avançada é, sob a perspectiva de Marcuse (1973), sua capacidade efetiva de sufocar as necessidades que demandam libertação – libertação também daquilo que é tolerável, gratificante e confortável. Aqui, o conforto não se reduz às benesses proporcionadas pelo desenvolvimento das forças materiais que expressam uma certa elevação do nível de vida, mas o próprio estado de menoridade intelectual é cômodo para aqueles que, de bom grado, permanecem tutelados pelas autoridades que determinam a sua expressão como meio de perpetuar o estado de coisas vigente. Essa imposição, por outro lado, ocorre de forma velada. Em sua aparência, a cultura de massa contém em si a dimensão da variedade, quer seja na forma de conteúdo inédito, quer seja na condição de livre-escolha dos consumidores para usufruir da imensidão de produtos simbólicos expostos em vitrines e em catálogos, passando a impressão de que a autonomia está plenamente estabelecida por via do progresso técnico que democratiza bens e serviços outrora reservados à classe burguesa. No entanto, "[...] sob a aparência da escolha, do conforto e da segurança que a adesão proporciona ao indivíduo, acontece exatamente o contrário" (OLIVEIRA; GALUCH; GIOVINAZZO JÚNIOR; 2019, p. 1888-1889).

Sob os princípios econômicos e políticos que sustentam a racionalidade tecnológica como sistema de dominação, a essência da cultura de massa é a padronização da própria vida como forma de manipular o pensamento de modo

subliminar, sem que o sujeito perceba a condição de menoridade que lhe é imposta. A atrofia do pensamento se realiza pela associação direta entre o consumo de mercadorias supérfluas e a ilusória felicidade que tal prazer fugaz proporciona, de modo que “uma falta de liberdade confortável, suave, razoável e democrática prevalece na civilização industrial desenvolvida, um testemunho de progresso técnico” (MARCUSE, 1973, p. 23). Ao substituir a experiência formativa autêntica por vivências de assimilação imediata, a semiformação elimina a dialética entre afirmação e negação da realidade como forma de legitimar a ordem social vigente como única forma possível de organizar a vida – torna-se, enfim, apologista irrevogável da sociedade administrada, onde ocorre a primazia do pensamento vazio, a repressão dos sentidos e a substituição da consciência crítica pelo conformismo deliberado.

Nesse sentido, interessa-nos expor as contradições intrínsecas à formação cultural em seus momentos constitutivos, baseando-se na materialidade histórica do irracionalismo contemporâneo ao desvelar os determinantes sociais que canibalizam a simbolização e que produzem uma mentalidade homogênea, alinhada aos princípios da razão instrumental e do desenvolvimento tecnocientífico preconizado pelo projeto idealista do Iluminismo filosófico. Aqui, o juízo crítico-negativo expressa sua potência ao desvelar os elementos paradoxais do esclarecimento e do progresso técnico como afirmação do sistema de produção capitalista que, sustentado pelo dúbio senso de progresso, permanece bloqueando qualquer possibilidade de ação verdadeiramente transformadora na ordem social vigente.

Portanto, dado o contexto em que a semiformação se torna predominante – seja no senso comum, na aparente liberdade de escolha ou na fetichização dos bens culturais –, reiteramos a perspectiva de Adorno (2010, p. 39) de que “[...] a única possibilidade de sobrevivência que resta à cultura é a autorreflexão crítica sobre a semiformação, em que necessariamente se converteu”. O desafio que se coloca hoje, à luz da Teoria Crítica da Sociedade, é promover a experiência formativa autêntica na condição de crítica radical aos valores e às normas da sociedade administrada, cujo sistema de produção fomenta a naturalização da barbárie social, a disseminação das práticas preconceituosas delirantes e a intensificação da miséria espiritual por meio da semiformação socializada (RIPA, 2015). É nessa perspectiva que o pensamento

para a contradição e para a resistência, amparado pela autorreflexão crítica sobre a realidade, se constitui como um elemento imprescindível na luta pela transformação radical das condições estabelecidas sob os ditames da racionalidade tecnológica, tendo em vista o desenvolvimento pleno das potencialidades humano-formativas necessárias para alcançar a maioria intelectual e, enfim, dimensionar uma existência mais justa e digna para todos os indivíduos.

À guisa de conclusão: contribuições para tecer reflexões críticas acerca das reformas pedagógicas em debate no Brasil

Ao refletir sobre os mecanismos regressivos que perpetuam o sofisticado sistema de dominação operado pela indústria cultural, ancorado na semiformação como agente de reificação das consciências, a Teoria Crítica da Sociedade exige um diagnóstico contínuo das transformações do mundo contemporâneo a fim de estabelecer uma compreensão acurada sobre a irracionalidade imanente ao capitalismo administrado – desse modo, as reflexões aqui empreendidas não apontam para uma discussão acabada, mas para a necessidade de uma permanente atenção aos mecanismos de controle social instituídos por tal modo de vida que promove a estabilização dos elementos autodestrutivos do capitalismo, a integração das massas ao sistema e a repressão do movimento de contestação e de resistência.

Nesse sentido, acreditamos que os subsídios teórico-críticos apresentados aqui oferecem contribuições substanciais para compreender os atuais movimentos de racionalização dos processos educacionais em âmbito nacional, cujas reformas pedagógicas ancoradas sob os princípios da neutralidade, eficiência, pragmatismo e inovação revelam a disputa pela hegemonia de um projeto político conduzido pela ordem dominante a fim de alinhar a educação aos interesses econômicos regidos pelo princípio da produtividade lucrativa. Em seus escritos, Adorno (2010, p. 08) adverte que as reformas pedagógicas isoladas, embora indispensáveis em muitos contextos, não trazem contribuições substanciais – podem até, em certas ocasiões, reforçar a crise da formação cultural ao revelarem “[...] uma inocente despreocupação frente ao poder que a realidade extrapedagógica exerce sobre eles”. Aqui, não se trata de negar

a importância das reformas pedagógicas, mas de assinalar os limites das condições que as engendram quando dimensionadas, invariavelmente, sob os ditames da própria racionalidade tecnológica que perpetua a unidimensionalidade da existência.

Nesse sentido, ao preconizar um projeto de educação que favoreça a autonomia do próprio pensamento, a compreensão das contradições imanentes ao sistema de vida estabelecido no capitalismo tardio e a resistência aos processos sociais de dominação exercidos por meio da reificação da consciência, Adorno (1995, p. 183) nos remete à ideia de que “[...] a única concretização efetiva da emancipação consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas nesta direção orientem toda a sua energia para que a educação seja uma educação para a contradição e para a resistência” – ou seja, na relação entre educação e emancipação, não basta atestar os processos irracionais, inconscientes e regressivos que constituem a ordem social vigente, mas torna-se essencial decifrar os condicionantes objetivos que produzem tal modo de vida como formação social autogerada pelos sujeitos em sua dialética histórica.

Portanto, é possível reconhecer a atualidade da Teoria Crítica da Sociedade a partir do seu diagnóstico acerca da irracionalidade da sociedade moderna, fundamentada sob a estrutura histórica que carrega consigo as contradições inerentes ao capitalismo administrado que permanece condicionando as esferas política, econômica, cultural e institucional a servir aos ditames da ideologia hegemônica. Tais subsídios teórico-críticos podem contribuir para o desenvolvimento de pesquisas que busquem desvelar os objetivos e os interesses sociopolíticos intrínsecos às reformas pedagógicas em debate no Brasil, buscando compreendê-los para além do nível da aparência – entre eles, destacamos a massificação da educação básica e superior sob a égide das tecnologias digitais; a institucionalização da Pedagogia das Competências na Base Comum Curricular Nacional (BNCC); o esvaziamento de conteúdos essenciais à formação humana integral, em contraposição ao fomento da profissionalização empreendedora no Novo Ensino Médio; entre outros movimentos políticos alinhados ao amplo paradigma instrumental instituído sobre a educação.

Ao trazer à tona o esclarecimento em sua potência crítico-reflexiva, a educação somente pode assumir seu caráter emancipatório como oposição à semiformação a

qual foi submetida. Por meio da autorreflexão crítica sobre a ordem social vigente, a formação de uma consciência crítica se constitui como exigência política para a educação contra a barbárie – na perspectiva de Adorno (1995, p. 125), “o único poder efetivo contra o princípio de Auschwitz seria autonomia, para usar a expressão kantiana; o poder para a reflexão, a autodeterminação, a não participação”. Ressaltamos que o controle exercido pela ideologia da indústria cultural não se caracteriza como algo inexorável, mas constitui um projeto histórico específico, construído coletivamente pelos próprios sujeitos em suas relações sociais – portanto, tal sistema de vida é dialético, muda historicamente e é, sobretudo, passível de ser enfrentado.

Por mais restritas que suas possibilidades e seu alcance sejam, a educação assume uma posição ímpar na infundável busca pelo esclarecimento em sua dimensão emancipatória – aqui, a educação é compreendida como dimensão da experiência formativa em seu caráter mais amplo, cuja recuperação da tensão dialética entre autonomia e adaptação se constitui como elemento fundante para resistir à homogeneização das consciências e à naturalização do processo histórico de dominação. Nesse contexto, a Teoria Crítica da Sociedade representa o esforço obstinado em abrir espaços para a transcendência por meio do juízo crítico-negativo – ou seja, trazer à tona a potencialidade crítica do esclarecimento por meio do pensamento para a contradição e para a resistência, cuja negação do sistema coercivo da sociedade administrada permanece como exigência para dimensionar uma práxis socialmente transformadora em oposição ao estado de barbárie vigente. Estabelecer uma consciência verdadeira acerca de tais condicionantes objetivos e compreender a influência que a ideologia da racionalidade tecnológica exerce sobre os indivíduos se constitui como requisito fundante para promover a construção de um caminho político, cultural e social que oriente ao esclarecimento sob a perspectiva da emancipação humana, tendo em vista as perspectivas transformadoras possíveis diante de um mundo danificado.

Referências

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

ADORNO, T. W. A Indústria Cultural. In: COHN, G. (Org). **Theodor W. Adorno**. São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, p. 92-99, 1986a.

ADORNO, T. W. Sobre a lógica das ciências sociais. In: COHN, G. (Org). **Theodor W. Adorno**. São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, p. 46-61, 1986b.

ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, T. W. Teoria da semiformação. In: PUCCI, B.; ZUIN, A. A. S.; LASTÓRIA, L. A. C. N. (Org.). **Teoria crítica e inconformismo**: novas perspectivas de pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2010.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FREITAG, B. **A teoria crítica**: ontem e hoje. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

GATTI, L. F. Theodor W. Adorno - Indústria Cultural e crítica da cultura. In: NOBRE, M. **Curso livre de Teoria Crítica**. Campinas: Papirus, 2008, p. 73-96.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: o que é esclarecimento? In: KANT, Immanuel. **Textos seletos**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985, p. 100-117.

MARCUSE, H. **O homem unidimensional**: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MARCUSE, H. Para a Crítica do Hedonismo. In: MARCUSE, H. **Cultura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006, p. 161-199.

NOBRE, M. Max Horkheimer - A teoria crítica entre o nazismo e o capitalismo tardio. In: NOBRE, M. **Curso livre de Teoria Crítica**. Campinas: Papirus, 2008, p. 35-52.

OLIVEIRA, M. R. F.; GALUCH, M. T. B.; GIOVINAZZO JÚNIOR, C. A. Indústria cultural e semiformação: democracia e educação sob ataque nos países ibero-americanos à luz da teoria crítica. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp.4, 2019, p. 1883–1898. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12912>. Acesso em: 12 fev. 2024.

PISANI, M. M. Teoria crítica, técnica e tecnologia. In: PUCCI, B.; FRANCO, R.; GOMES, L. R. (Org.). **Teoria Crítica na era digital**: desafios. Coleção Teoria Crítica. 1. ed. São Paulo: Nankin, 2014. p. 25-46.

PUCCI, B. A teoria da semicultura e suas contribuições para a Teoria Crítica da Educação. In: PUCCI, B.; ZUIN, A. A. S.; DE OLIVEIRA, N. N. **A Educação danificada**: contribuições à teoria crítica da educação. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p. 89-116.

RIPA, R. A educação a distância como indústria cultural: reflexões sobre a docência na EaD. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**. Número 24: maio-outubro, 2015, p. 270-287. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/4769>. Acesso em: 12 fev. 2024.

SILVEIRA, Bianca Stela Luiz e. **Alfabetização em tempos de pandemia**: discussões teórico-críticas sobre a racionalidade tecnológica no Ensino Remoto Emergencial. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://www.udesc.br/faed/ppge/dissertacoes/2022>. Acesso em: 19 mar. 2024.

ZUIN, A. A. S.; PUCCI, B.; RAMOS-DE-OLIVEIRA, N. **Adorno**: o poder educativo do pensamento crítico. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZUIN, V. G.; ZUIN, A. A. S. A atualidade do conceito de semiformação e o renascimento da Bildung. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 24, n. 3, 2017, p. 420-436. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/7757>. Acesso em: 12 fev. 2024.